

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

Interrompido que foi o desenvolvimento do tema, retomamo-lo hoje, iniciando a abordagem com uma outra perspectiva a da “redução dos efectivos e a do comportamento da despesa”.

A diminuição de efectivos[2] que, não obstante, se vem verificando nas Forças Armadas (FA) (entre 2000 e 2004, cerca de 3% - 1475 militares e civis), não foi acompanhada por uma idêntica diminuição da despesa em “Pessoal”. De facto, assim é. Em termos de balanço final, diminuem os quantitativos dos “QP” (995), dos “voluntários” (2398) e dos “civis” (3806), enquanto o número de contratados aumenta de 5724. Aumenta também, não o esqueçamos, a despesa em pessoal por reflexo: da aplicação e manutenção, e bem, dos incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado; bem como do novo sistema retributivo de alguns postos da categoria de sargentos que, desde 2002, vem sendo adoptado, com implicações no Sistema retributivo das praças, como esclarece o próprio Anuário da Defesa Nacional.



Não será fácil, pois, aos ramos, comprimirem mais as suas despesas. Grande parte delas fixas, donde, a margem de manobra ser diminuta. A situação de verdadeiro espartilho em que os ramos realmente se encontram será facilmente compreendida por via de um exemplo. Vejamos pois!

Tendo presente um determinado “tecto orçamental” que o MDN, no ano X, estabeleça para funcionamento no ano X+1, os ramos, num primeiro passo, distribuem os 100% desse montante pelos agregados de despesa com “Pessoal” (70%) e “Operação e manutenção” (30%), para satisfazer as “necessidades para funcionamento no ano X+1” com base naquelas que o próprio orçamento prevê executar nesse mesmo ano X.

Seguidamente, comparam valores e tiram conclusões. Se, por hipótese, as diferenças (necessidades de financiamento/tecto orçamental para X+1) forem negativas, ou seja, se as verbas disponíveis para X+1 forem inferiores às do ano X, transacto, os ramos terão de avaliar das implicações que uma tal situação origina no seu próprio funcionamento. Sendo incompressíveis as despesas do agregado “Pessoal”, só lhes resta “jogar” com o agregado “Operação e manutenção”. Mesmo aqui, dir-se-ia, de forma marginal, porquanto só podem “utilizar”, e pouco, o segmento “Operação”. Com efeito, a “Manutenção”, absorve frequentemente custos fixos, como é o caso da Marinha, em que a reparação e manutenção da esquadra, a alimentação, os combustíveis, o fardamento e funcionamento dos comandos, órgãos e serviços consomem cerca de 78% do total da despesa consignada ao próprio agregado.

Nestes termos, uma redução, por hipótese que seja, de (n %) no montante necessário à actividade operacional no ano X+1, seguramente que tem as suas consequências. No caso da Marinha ainda, significa, fundamentalmente, a redução da “Actividade Operacional”. De facto, com menos meios em “teatro” e em operação, ou durante menos tempo, a taxa de patrulha e de fiscalização ficará afectada e com isso comprometido ficará, igualmente, o exercício da soberania e da autoridade do Estado no mar, a salvaguarda da vida humana no mar, o combate à poluição, a preservação do ambiente e dos recursos marinhos e ainda os compromissos internacionais que o país assumiu e o Estado se obrigou a honrar.

Mas não só. Com menos dinheiro disponível para “O&M” a actividade operacional fica também prejudicada, assim como coarctadas ficam igualmente, outras actividades, tidas por essenciais para assegurar a prontidão da esquadra, designadamente no que ao treino e exercícios possa respeitar. Um decréscimo de verba, que seja, neste agregado restringirá o ritmo de “aquisição de sobressalentes” e de “conservação de bens”, com implicações óbvias na execução dos “planos de manutenção” dos meios, o que lhes afecta a prontidão e consequentemente a taxa de operacionalidade. Paralelamente criam-se mais dificuldades ao normal funcionamento dos comandos, órgãos e serviços, assim como se inviabiliza a recuperação das infra-estruturas degradadas, o re completamento de *stocks* e a celebração de contratos de “*outsourcing*”.

Daí parecer-nos lícito reafirmar que a margem de manobra dos ramos, sobretudo dos que têm

responsabilidades de dispositivo operacional permanente, é muito diminuta. O único “volante” ao seu alcance, é apenas o agregado da “Operação e manutenção”, ainda assim com limitações, tal como decorre do cenário ilustrativo apresentado.

As Forças Armadas, o discurso e a realidade.

Nos idos anos 90 do século passado, Portugal aderiu desde logo à proclamação dos *dividendos da paz*, ao imperativo do “*reequipamento e modernização das FA*” e ao mote entretanto lançado de “*menos forças melhores forças*”, o que, implicitamente, visava também o redimensionamento da força militar e uma conseqüente redução de custos. Foi o tempo da política dos 3 R’s que daí em diante se constituiu em bandeira da modernidade e da adaptação das FA, estando o Governo consciente que, apesar de todo o circunstancialismo e ambiente estratégico que então se vivia, “Portugal teria que fazer investimentos que outros já fizeram há muito”.

O grande desígnio e desiderato político assumido era mesmo tornar a força militar numa “força reduzida, mas credível, com alto grau de eficiência e flexibilidade, capaz de desencorajar a agressão, de permitir o restabelecimento da paz em caso de conflito e a satisfação dos compromissos internacionais”. E daí a necessidade de reorientar o esforço do redimensionamento e da modernização das FA que vinha sendo desenvolvido praticamente desde 1991, desde a aprovação da LOBOFA, no sentido de se proceder a uma reavaliação do sistema de forças que então vigorava e com isso concretizar-se uma redução efectiva da dimensão das suas duas componentes estruturais, a componente operacional e a fixa ou territorial.

Face a este “*novo paradigma de FA*”, que politicamente havia sido enunciado como sendo um grande desígnio nacional, tudo, mas tudo estaria em causa. Impunha-se, como já anteriormente tivemos oportunidade de afirmar, conhecer e muito bem, não só a estrutura de força existente, a sua dimensão e organização, mas também a forma como a despesa e a sustentação dos meios e das forças vinha sendo operada e conseguida. Fundamentalmente haveria que determinar, com rigor, as necessidades efectivas dos ramos para funcionamento e investimento sustentados.

Era mesmo primordial, dizia-se, ter presente como é que os diversos planeamentos – o estratégico e o de forças, o logístico e o financeiro – se interligavam, ou seja haveria que assegurar coerência com os orçamentos de funcionamento e de investimento dos próprios ramos. De facto, havia consciência que só este tipo de conhecimento, integrado e melhor estruturado, permitiria afastar de um planeamento de forças, que se queria coerente e bem sustentado numa lógica de programação multianual e de longo prazo, a redutora óptica financeira, em que o orçamento determina as opções e em que a edificação dos meios está dissociada da realidade estratégica, pondo em risco as finalidades, os objectivos e o próprio emprego da força militar.

Nesta mesma linha de rigor, em que o Governo dava mostras de estar convictamente apostado, acentuava-se, para que não restassem quaisquer dúvidas, que nunca seria uma abordagem-tipo financeira aquela que alguma vez seria adoptada e prosseguida pelo Governo. Precisava-se, mais, que a maior credibilidade, eficiência e eficácia das FA residiria, sempre, num processo de planeamento rigoroso, que impunha aos ramos a necessidade de saberem hierarquizar as suas prioridades em função de objectivos precisos e de programas de reequipamento claros, que atendessem à economia da despesa e sobretudo evitassem a rotura e a subdotação financeira do próprio sistema de forças nacional.

Ao longo deste trabalho fomos ganhando consciência de como é que os diversos ramos responderam a este enorme desafio. O texto publicado, em 30 de Abril p.p[3], parece ser designadamente bem elucidativo do processo de transformação que em decorrência vem sendo desenvolvido e do essencial do seu próprio conteúdo e substância. Sem nos repetirmos seria de realçar, a propósito, que todos os ramos tinham bem presente: as opções inadiáveis em matéria de política financeira e social assumidas pelo País; a necessidade de se prosseguirem reformas racionalizadoras nas FA; o imperativo de reduzirem os encargos com o “pessoal” e, simultaneamente, libertarem recursos para “operação e manutenção” e “investimento” e, não o esqueçamos, para o modelo de contrato, alternativo ao serviço militar obrigatório. Com tudo isto os ramos se preocuparam e, uma vez mais, levaram o seu esforço mais além, reduzindo, inclusivamente, o seu “nível de ambição”, quando entenderam prescindir, e considerar opcional, e portanto “condicionados a decisões políticas e financeiras” a edificação e o levantamento de determinadas forças e meios que o sistema de forças nacional, definido, e em vigor desde 2004, integrava.

Não obstante todo este bom trabalho dos ramos, o que é certo é que o ritmo de concretização do reequipamento das FA é lento; e o adiamento dos programas, pelas mais diversas razões, já anteriormente explicitadas[4], vai repetindo-se, situação que, pelo seu impacto na Instituição militar

cria desconforto, apreensão e, por vezes até emotividade excessiva. A passagem do milénio foi exactamente um desses momentos mais vivos, em que assunto ocupou os *media*. A sociedade civil manifestou-se apreensiva, o Presidente da República veio a público e deu-nos conta das suas preocupações, o Ministro da Defesa Nacional de então afirmava, inclusivamente, em Novembro de 2001, que “não ser[ia] admissível que as FA [pudessem] aguardar mais tempo pelo seu reequipamento”.

E é neste contexto que o Governo vem a terreiro e, consciente de quem nem tudo estaria bem, deu mostras da sua vontade manifesta em alterar os referenciais estruturantes da política de financiamento das FA, ao estabelecer em documento próprio - o Conceito Estratégico da Defesa Nacional (CEDN) [5] – e, pela primeira vez, em quinze anos, sublinhe-se, que a “programação financeira das FA é uma condição necessária para o cumprimento dos objectivos da política da defesa nacional, tal como é a modernização dos respectivos equipamentos”.

Mais, acrescentava-se que “neste quadro, o Estado deve ter como objectivo, à escala do nosso produto interno bruto, a aproximação gradual do nível de despesas e investimentos na defesa nacional ao nível médio praticado nos países europeus da NATO. E vai mesmo mais longe nesta sua manifestação de vontade e assume que “o Estado se obriga a melhorar as regras da gestão eficiente, transparente e profissional dos recursos públicos afectos à defesa nacional e seus sistemas [...]”, bem como precisa que “[...] a evolução dos orçamentos deve reflectir uma mais adequada distribuição entre agregados, melhorando, gradualmente, as funções de investimento e operação e manutenção”.

Na realidade este aspecto dos orçamentos e da sua própria sustentação assumem tal importância política que o XVII Governo, no seu próprio Programa, não deixa de frisar, enquanto prioridade em matéria de modernização das FA, exactamente a questão da “sustentação orçamental”, com vista a “atingir, gradualmente, um investimento na defesa de acordo com os compromissos internacionais do estado, de modo a garantir a modernização das FA e a sua capacidade de desempenho no quadro da NATO e da União Europeia.”

Esta afirmação foi, no nosso entendimento, talvez, uma das mais importantes manifestações de vontade que, nos últimos tempos, o Governo assumiu, em matéria de Defesa Nacional e das FA, porque estruturante efectiva do planeamento financeiro que, infelizmente, em Portugal tem primado por uma ausência quase que total. De facto, não se conhece a existência de um “planeamento financeiro” apropriado, pelo menos, e tanto quanto seja dado saber, com essa mesma caracterização, onde, de uma forma articulada, seja possível relacionar as necessidades de investimento com as fontes de financiamento, interligando convenientemente o planeamento estratégico de defesa nacional com o planeamento de forças, os orçamentos de funcionamento dos ramos com os seus próprios orçamentos de investimento. O que se sabe é que o financiamento da Defesa Nacional e das FA tem vindo a resultar, sobretudo, de decisões casuísticas e de critérios de oportunidade política, nunca assentes, como deveria ser, em racionais de continuidade e muito menos em linhas de evolução conhecidas e consistentemente sustentadas e assumidas. As próprias decisões financeiras são, também elas, muitas vezes marcadas pela conjuntura e pelo curto prazo, disso se ressentido, em primeira mão, e como é óbvio, os orçamentos de funcionamento e, sobretudo desde 1997, os da defesa e, em concreto neles, os seus agregados de “Pessoal”, de “Operação e manutenção”, de “Capital” e, ainda, a execução dos próprios programas plurianuais, como sejam os casos da LPM e do PIDDAC.

Mas, se havia *vontade* manifesta do Governo em alterar este estado de coisas e aproximar, gradualmente que fosse, o financiamento da defesa nacional do nível médio dos países europeus da NATO, havia quem tivesse dúvidas sobre a real *capacidade* do País em inverter favoravelmente, e a breve trecho, uma tal situação. Por um lado os critérios de convergência, impostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC-2005-2009) e, por outro, o estado da própria economia, inviabilizariam, pelo menos a médio prazo, a consecução de um tão meritório propósito. Silva Lopes dizia mesmo, em 2006[6], que “Portugal podia crescer mais do que a União Europeia, mas não será em 2006 e 2007 e, provavelmente, também não será em 2008. Talvez lá para o fim da década”, precisava aquele reputado economista. Perspectiva que, sublinhe-se, não está muito longe das previsões do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal que, no que concerne ao crescimento da economia portuguesa, consideram que este, por exemplo, em 2005, foi da ordem dos 0,3%[7] e que os dados que vieram a público recentemente, e alusivos apenas ao crescimento verificado no 1º trimestre deste ano, de 2007, parecem isso mesmo indiciar.

Se estas linhas de tendência se confirmarem, o que em termos de país seria bom, porque se afastaria de uma vez por todas, o anátema do *Estado Exíguo*, elas seriam igualmente concordantes com as projecções que aqui e ali os técnicos já vão fazendo. Referimo-nos às projecções que apontam para que o país, em termos de financiamento da Defesa nacional e das FA (em% de PIB),

se possa situar na média actual dos parceiros europeus da NATO, por volta de 2011-2013. Isso permitir-nos-ia assegurar, com confiança, o esforço de investimento constante da actual LPM, bem como fazer crescer em termos absolutos as disponibilidades do orçamento de funcionamento. Concomitantemente, possibilitar-nos-ia uma mais equilibrada distribuição pelos seus respectivos agregados de despesa.

Breve-síntese conclusiva

Algumas ilações, a título conclusivo:

(i) Portugal, no decurso da década passada (entre 1990 e 1999), pese embora tenha reduzido em dimensão as suas FA, e o tenha feito, segundo a mesma linha tendencial verificada na generalidade dos países da Aliança, no que concerne a quaisquer outros indicadores, aparece quase sempre na cauda da lista dos encargos, ou dos custos. Apresenta invariavelmente valores mais baixos do que os outros países, e bem aquém do tecto de 2% que a NATO vem considerando como contribuição minimamente aceitável;

(ii) As políticas públicas que vêm sendo adoptadas, não obstante as boas intenções de partida, têm-se traduzido, na prática, num consistente “*desinvestimento*” na Defesa Nacional e nas FA. Isto distorce, por completo, o orçamento de funcionamento dos ramos e a relação de harmonia que deve existir entre os respectivos agrupamentos de despesa. Contraria sobretudo o que havia sido enunciado como grande imperativo nacional: a “modernização e o reequipamento das Forças Armadas”;

(iii) Nestas condições, em que o financiamento da defesa tem estado fortemente condicionado (1,2% no período 97-04), não será fácil aos ramos inverterem por si sós e apenas com medidas de gestão interna a citada distorção orçamental. Sobretudo, numa época em que a completa profissionalização das FA está em franco desenvolvimento e em que os custos por militar voluntário, ou contratado são superiores àqueles em que importava o militar em SEN;

(iv) Nos últimos anos, o estado das Finanças Públicas Portuguesas vem sendo muito marcado pelo PEC 2005-2009 e pelos critérios de convergência aí assumidos, sendo esta uma razão, entre outras de natureza económica, as grandes responsáveis pela situação difícil em que o país se encontra e que, de alguma maneira, dizem, vem explicando o fraco investimento que, na prática, tem recaído sobre as Forças Armadas;

(v) Existe uma dualidade de critérios entre aquilo que o Estado estabelece em matéria de rigor e planeamento às FA e aquilo que, ele próprio, neste mesmo âmbito, exige de si, onde, pelo contrário, a ausência continuada de “planeamento financeiro” é uma constante, e o casuístico e a oportunidade política são os critérios preponderantes das decisões sobre o financiamento da Defesa Nacional e das FA;

(vi) Existem contradições entre o discurso que vem sendo divulgado, entre aquilo que se deseja e assume como *vontade* política manifesta, em aumentar o financiamento da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aproximando-o gradualmente da média dos países europeus da NATO, e aquilo que é *capacidade* real do País e da sua economia, para concretizar a curto prazo, pelo menos, um tão necessário quanto relevante propósito;

(vii) Na mesma linha, e a fazer fé nas projecções que os técnicos vão começando a disponibilizar, pode pensar-se que será possível por volta de 2011-2013 ver ultrapassada a situação a que se chegou, caso, sublinhe-se, haja *vontade* política de entretanto, ir começando a incrementar, como em *capacidade* parece ser viável, a percentagem de PIB a alocar ao financiamento da Defesa Nacional e das FA, afastando do horizonte o anátema de *Estado Exíguo* que Portugal e os portugueses parece quererem rejeitar.

[1] Vice-almirante na Reserva.

[2] Ver local “*O grande desafio da Defesa*”, de autoria do Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento, publicado no JDRI, de 2007/04/26.

[3] Pires Neves, VALM J.M.L., “*As Forças Armadas e a Organização. A Componente fixa e a reestruturação das FA*” (3ª Parte) [VI-B]. JDRI. 2007/04/30.

[4] Pires Neves, VALM J.M.L., “*As Forças Armadas e a Organização. O SFN e a Programação Militar*”. JDRI. 2007/04/09.

[5] Resolução do Conselho de Ministros nº 6, de 20/12/2002, que aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

[6] Silva Lopes citado na Revista Exame nº 264, de Abil 2006, p.46.

[7] Ver Revista Exame nº 264, de Abil 2006, p.46.

134 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêrro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêrro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/02/03

CLAUSEWITZ’S PARADOXICAL TRINITY AND THE FAILURE OF NAPOLEON IN PORTUGAL

Luís Falcão Escorega[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/07

OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES

Rui Vieira[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/16

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE)

João Nunes Vicente[1]

2011/05/15

CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (I PARTE)

João Paulo Nunes Vicente[1]

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

As “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2010/02/19

TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE

João Vicente[1]

2010/02/16

DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

Luís Falcão Escorrega[1]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Luís Brás Bernardino[1]

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

As FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/11/05

NA PROCURA DO ALVO: A UTILIDADE DA FORÇA

Pedro Brito Teixeira[1]

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/02

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE II)

João Vicente

2008/04/01

A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE I)

João Vicente

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2007/12/16

PARA ALÉM DA GUERRA[1]

Sandro Mendonça[2]

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/11/11

WAR IN THE XXI CENTURY[1]

Francisco Proença Garcia

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Cordeiro[2]

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/30

OPERAÇÕES EM REDE. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO[1]

João Nunes Vicente [2]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/24

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/23

COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)

Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/02/04

OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS: O PARADIGMA DA GUERRA DO SÉCULO XXI[2]

João Vicente[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/10/26

O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]

João Vicente[1]

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/19

A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2006/01/17

O EMPREGO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/09/02

MILITARY POWER

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/23

CONTRIBUTOS PARA O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA NA LUTA CONTRA-SUBVERSIVA ACTUAL

Francisco Proença Martins com ...

2004/04/04

DISSUAÇÃO OU PREVENÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia